

## **Reflexos de um passado recente: elementos de um rural em transformação no território do Contestado.**

*Reflejos de un pasado reciente: elemento de cambio rural en el territorio de Contestado.*

**Antonio Marcio Haliski<sup>1</sup>**

Instituto Federal do Paraná – campus Paranaguá  
[antonio.haliski@ifpr.edu.br](mailto:antonio.haliski@ifpr.edu.br)

**Alfio Brandenburg<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Paraná (UFPR)  
[alfio@onda.com.br](mailto:alfio@onda.com.br)

**RESUMO:** O artigo tem como propósito mostrar alguns elementos presentes no espaço rural dos municípios de União da Vitória/PR e Porto União/SC que são, em nossa análise, reveladores de um rural que apresenta continuidades e modificações no que se refere o uso da terra/recursos naturais. Para tanto, parte-se de uma breve apresentação da área de estudo até chegarmos a alguns elementos presentes na atualidade. Esse rural é um espaço de disputas, resistências, modificações e de vida.

**Palavras-chave:** continuidades, modificações, uso da terra.

**RESUMEN:** Este artículo tiene como objetivo exponer algunas características presentes en las zonas rurales de União da Vitória/PR y Porto União/SC que son, en nuestro análisis, reveladores de un rural que presenta continuidades y cambios en cuanto a la utilización de la tierra/recursos naturales. Para esto comienza con una breve presentación del área de estudio hasta llegar a algunas de las características presentes en la actualidad. Este campo es un área de disputa, resistencias, modificaciones y de vida.

**Palabras clave:** continuidades, cambios, uso de la tierra.

### **INTRODUÇÃO<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Graduado em Geografia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória/PR (Fafi-Unespar) e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde atualmente realiza estágio pós-doutoral. Professor do Curso de Ciências Sociais do Instituto Federal do Paraná – campus Paranaguá, [antonio.haliski@ifpr.edu.br](mailto:antonio.haliski@ifpr.edu.br)

<sup>2</sup> Graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR.

A história do espaço em questão é extremamente conflituosa, seja no sentido da distribuição de terras entre os estados do Paraná e Santa Catarina ou mesmo entre os caboclos e imigrantes que ali se instalaram, por isso chamamos metaforicamente de território do contestado. Avançamos na discussão em torno das permanências e continuidades do que chamamos de uma “certa” condição camponesa em outro texto publicado na Anpocs (2015), cujo foco foi a utilização da terra, solos, vegetação, etc., como um elemento revelador de um rural entre tantos outros rurais em nosso país (ruralidades). Assim, neste texto faremos uma breve descrição da área de estudo e mais adiante no ocuparemos em mostrar alguns conflitos e vieses nos “usos da natureza”. Podemos definir este artigo como um diagnóstico de um rural contextualizado numa área de conflitos, ao passo que é uma visão mais global da problemática citada, ou seja, cada ponto a ser elencado por nós pode e resultará em capítulos e/ou artigos mais específicos do que este.

## 1. NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: BASES DO RURAL

O início dos municípios de União e Porto União está diretamente ligado à sua posição geográfica que facilitava o escoamento de produtos como o sal e o gado. Segundo Riesemberg (1973), as incursões adentrando o sertão do Tibagi culminaram na descoberta dos campos de Guarapuava e posteriormente, ensejou-se as novas entradas em direção ao vale do Iguaçu. A ideia era povoar sua margem e utilizar o rio como via de comunicação. Nesse trajeto foi-se conhecendo os campos de Bituruna, Palmas e localidades como de Porto Vitória.

No momento da conquista, na verdade, a via mais fácil de acesso aos campos de Palmas era por Guarapuava, através de terrenos já em partes explorados e segundo notícias suficientemente conhecidas. De lá partiram, com efeito, as duas bandeiras povoadoras que, em 1839, por caminhos diferentes e simultaneamente, chegaram aos desejados campos dos butiazeiros {...} O esforço daqueles pioneiros foi plenamente compensado, pois em 1851, segundo informação de José Joaquim Pinto Bandeira, 36.000 reses já povoavam os belos campos da margem esquerda do Iguaçu, representando parcela apreciável da economia paranaense. (RIESEMBERG,1973,P.40)

Nesse período inicia-se o que posteriormente, foi um marco significativo para a economia paranaense, ou seja, o conhecimento do rio Iguaçu. A princípio a descoberta do vau

---

<sup>3</sup> O presente texto, com algumas alterações, foi apresentado e debatido no IV Encontro da Redes de Estudos Rurais na Unicamp, no GT “O rural na história do Brasil”

(parte rasa do rio para passagem de pessoas, gado, entre outros) e depois o potencial para navegação.

Entretanto, uma dificuldade surgiu decorrente do abastecimento do sal necessário aos rebanhos. O transporte por Guarapuava era muito dispendioso, em virtude da extensão e do acidentado do caminho. A picada de Paula Gomes, além de péssima, levava apenas ao Iguaçu, criando, depois, o problema do transporte fluvial, que dificilmente podia ser atendido pelos criadores. Em face destas circunstâncias, deliberaram os fazendeiros de Palmas abrir uma estrada que os puzesse em comunicação direta e fácil com os mercados do sal. Com este objetivo, Pedro Siqueira Côrtes, em 1842, partindo de Porto Vitória, procurou um ponto em que o Iguaçu desse vau, indo encontrá-lo poucas léguas acima, onde surgiu, logo depois, o antigo Porto da União. Dali rumando para nordeste, levou uma picada até Palmeira. Por outro lado, em 1846, os fazendeiros, partindo dos campos, abriram outra picada que foi cair diretamente no vau, completando-se, desta forma, a antiga estrada de Palmas. Este caminho assume relevo histórico, porque representa o primeiro eixo de povoamento do vale. Ao longo dele formaram-se as primitivas posses de terra e constituíram-se os primeiros agrupamentos humanos. (RIESEMBERG, 1973, p.40-41)

Posterior à navegação tem-se o impacto da estrada de ferro<sup>4</sup> e da disputa pela posse de terras entre Paraná e Santa Catarina que acabou ocasionando o conflito do Contestado<sup>5</sup>.

Para chegar a esta configuração territorial atual dos estados do Paraná e Santa Catarina, Santos (2000) afirma que ao fim do conflito do Contestado houve muitos sacrifícios de parte a parte. Acredita-se que em torno de 20.000 pessoas nela estiveram envolvidas. Ao liquidar os últimos focos de resistência cabocla, o governo havia enviado para a região 13 expedições

---

<sup>4</sup> Em 1906, o grupo Farquhar, através da Brazil Railway Company, adquiriu a concessão para construir a estrada de ferro São Paulo – Rio Grande. A construção da ferrovia no trecho contestado contribuiu para a instabilidade social que existia na região. {...} A empresa concessionária responsável pela exploração da linha por 90 anos era a Brazil Railway, formada pelo magnata norte-americano Percival Farquhar com a contribuição de ingleses e franceses, o qual, além da garantia de juros em caso de prejuízos, recebia como doação por parte do governo federal um trecho de até 15 quilômetros de terras de cada margem da linha. A concessão inicial da Estrada de Ferro Itararé - Santa Maria, feita pelo governo imperial pelo Decreto nº10.432, de 9 de novembro de 1889, doava 30 quilômetros de cada margem dos dormentes. Essa concessão foi renovada pelo governo provisório da República, por decreto de abril de 1890, segundo o qual a doação de cada margem seria de no máximo 15 quilômetros, tendo, no conjunto da extensão, um domínio médio de 9 quilômetros por margem. (MACHADO, 2004,p.143)

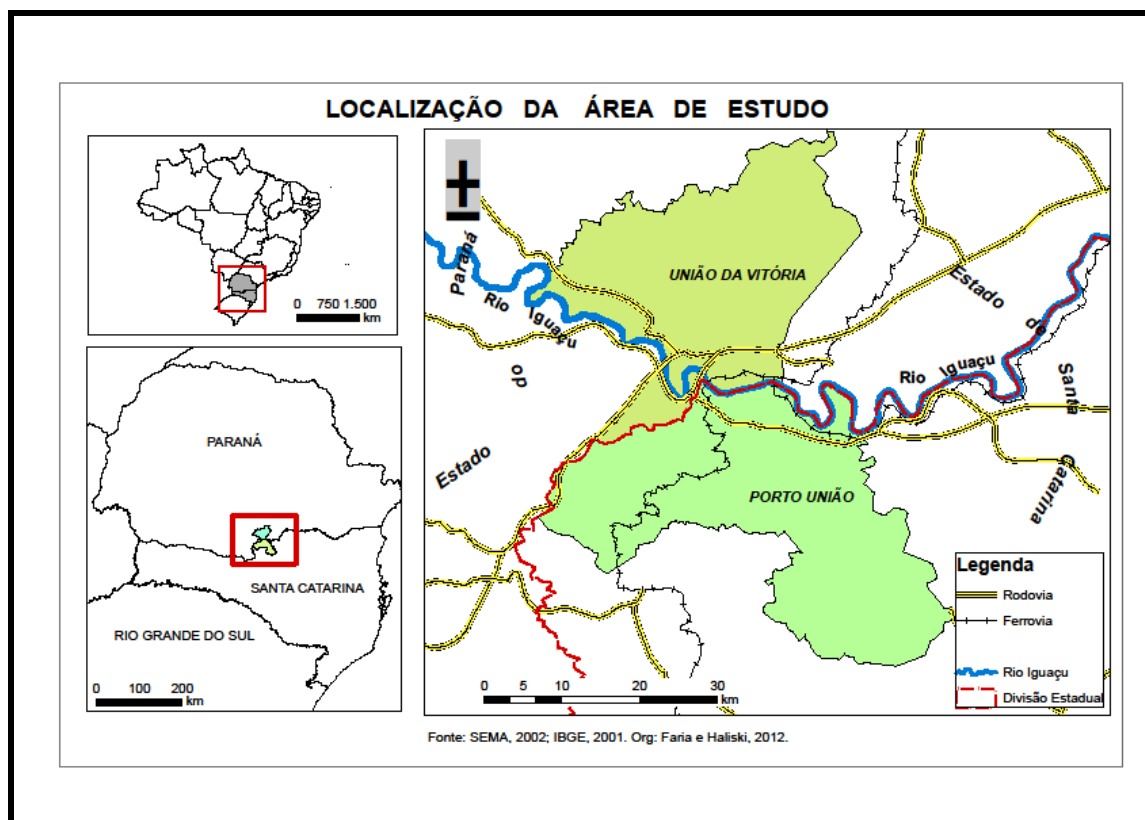
<sup>5</sup> Ao abordar o Contestado, Ribeiro (2006), diz que a rebeldia virtual de massas marginais brasileiras, tanto as do Sul como as demais áreas, só encontram em seu patrimônio cultural, formas arcaicas de expressão, revestidas quase sempre de uma feição messiânica. O motivo do conflito do Contestado, na região fronteira entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, deu-se em virtude de uma suspensão eventual da legitimidade das autoridades reguladoras da apropriação das terras devolutas. Ao estabelecer-se a disputa entre os dois estados pelo domínio da área contestada, esta ficou juridicamente em suspenso, ensejando movimentos populares de ocupação das terras de ninguém pela população matuta e de alargamento de suas posses pelos fazendeiros. Dada a fome de terra das massas rurais circunvizinhas, a região povoou-se rapidamente através da abertura de inúmeras clareiras na mata, onde famílias de posseiros procuravam conquistar um nicho e organizar uma economia independente de granjeiros. A violenta reação dos dois estados em disputa diante dessa invasão e, depois, a intervenção armada do governo federal lançou aquelas populações na ilegalidade, criando condições para o desencadeamento do conflito.

militares. Pela primeira vez no Brasil utilizara-se avião como veículo bélico. Lutara-se quatro anos. Milhares de pessoas entre caboclos, militares e civis, foram mortas. A guerra terminou em 1915, quando nos bastidores da República desenhava-se um acordo entre os governos do Paraná e Santa Catarina para pôr fim a questão de limites. Aos poucos sobreviventes, que escaparam do arbítrio e da repressão, não sobrou alternativa senão a fuga para o mais distante do sertão, apostando na invisibilidade para garantir a vida. A construção da linha entre União da Vitória e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul, concluída em 1910, e o ramal leste, ligando União da Vitória a Rio Negro, concluída em 1913.

Essa mesma linha férrea serviu para dividir União da Vitória e criar um “novo” município chamado Porto União. Segundo Gaspari (2005), a denominação inicial de Porto da União foi alterada para Porto União da Vitória em 1855; em 1877 virou Freguesia de União da Vitória; em março de 1890 se torna Vila de União da Vitória. Permaneceu assim até 1916, quando foi assinado o acordo de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, dando fim ao conflito do Contestado.

Com esse acordo as cidades são divididas em duas: Porto União e União da Vitória; por isso são chamadas popularmente de ‘Gêmeas do Iguaçu’. Política e administrativamente são duas cidades; entretanto, histórica e culturalmente uma só, considerando os valores culturais e sociais que a caracterizam e permeiam o agir e o pensar dos seus moradores. (GASPARI, 2005,p.95)

Nas gêmeas do Iguaçu tem-se o mesmo tipo social dividido, somente, por linhas administrativas fixadas pelos municípios em questão.



Os elementos que citamos acima nos servem para mostrar que o Brasil como um todo esteve envolto em grandes mudanças nessa transição da Monarquia para a República e na opção que fizemos pelo urbano em detrimento do rural. O trem apenas ilustra a modernidade que cortava os sertões desconhecidos. Junto com essas incursões vemos os migrantes fixando moradias e trazendo seus hábitos e costumes que passam a contrastar com aqueles de pessoas marginalizadas e principalmente invisibilizadas, em nosso caso os caboclos ou como apontado por Renk (2006) os brasileiros. Assim, “velhos” e “novos” modos de vida vão se conformando e se materializando nos usos da natureza, ou seja, na transformação do espaço rural e/ou na manutenção de práticas trazidas da Europa (usos de animais, moradia, carroças...) ou mesmo aquelas já praticadas por indígenas e caboclos (conhecimento de plantas medicinais, solos para plantio...).

### 3 O PASSADO E O PRESENTE PELO CONHECIMENTO DOS MONGES

Ilustraremos brevemente a situação que acabamos de destacar a partir das práticas dos monges e que se manifesta na atualidade pela benzedeadas.

Dentre os atores que tiveram participação no Contestado destaca-se a figura dos Monges. Segundo Mocellin (1989), nas terras sulinas, desde meados do século XIX, era comum a figura dos monges, indivíduos ascéticos e místicos, que faziam as vezes de médicos, padres e conselheiros, naquelas regiões ermas. Sobre eles Queiroz (1965) diz que pelo menos dois (até três) profetas diferentes tenham tomado o mesmo nome para aproveitar a celebridade que o cercava.

De um deles, João Maria Agostini temos a indicação precisa do início de suas atividades: num dos livros de inscrição de estrangeiros, em Sorocaba, está registrado sob esse nome um italiano que ali chegou em 24 de dezembro de 1844, declarando ser de profissão *eremita solitário*, vindo ao país em exercício de seu ministério. **Habitou durante muito tempo as matas do Ipanema {...}** de onde veio o apelido de Monge do Ipanema. {...} peregrinava para o sul, erguendo cruzeiros e capelas, pregando, curando, organizando procissões, sendo sua presença assinalada até em Santa Maria, Rio Grande do Sul, em 1849. Viveu também muito tempo na gruta da Lapa, próxima da cidade de mesmo nome, onde sua memória até hoje é venerada, segundo atestam os ex-votos cada vez mais numerosos que ali se empilham; tornou milagrosa a água que vertia da gruta e ainda agora vão ali os devotos encher garrafas para a cura de todos os males. (QUEIROZ, 1965,p.247 - grifo nosso)

O segundo João Maria chamava-se Anastás Marcaf. Sobre ele Queiroz (1965, p.247) afirma:

Não se percebe solução de continuidade entre as atividades do outro monge e deste, que também **tinha fases de retiro no meio das florestas**, de onde saía para percorrer o sertão, entregando-se a atividades idênticas às de seu antecessor. Também não queria ser seguido; reunia os homens para realizar novenas e terços, pregava-lhes e despachava-os para casa, afirmando ‘que o homem é bom, os homens são maus’. Vivía de esmolas como o primeiro Monge não comia carne e não dormia dentro das casas. Falava uma linguagem sibilina, simbólica, de compreensão difícil, que enchia de espanto a veneração dos ouvintes: ‘... o povo deve fazer penitencia porque os castigos de Deus se aproximam ...’ ‘... dia virá em que o sangue correrá abundante ...’ {...} Os adeptos acreditavam nele e relembavam as prédicas cheios de terror: pois não dissera o Monge que iria haver ‘muito pasto e pouco rastro’ – e a doença tinha pouco depois dizimado os rebanhos? (grifo nosso)

Eles passaram a interferir diretamente na vida das pessoas chegando, até mesmo, a transportar sementes, indicar melhores terras para plantios, entre outros. Seus ensinamentos associados às curas milagrosas fizeram com que as crenças em seu retorno nunca fossem abandonadas.

Foi a partir dessa fama construída que apareceu o monge denominado José Maria (e não João com os outros). Como apontado em outros momentos, sua presença foi fundamental para o conflito das forças do governo do estado contra os sertanejos.

Por volta de 1911, os jornais de Florianópolis noticiaram o aparecimento de um ‘irmão’ de João Maria e seu enviado, que se fazia chamar Monge José Maria.

Averiguou-se depois que se chamava Miguel Lucena de Boaventura, desertor do 14º Regimento de cavalaria de Curitiba, que em Palmas começara a agir como curandeiro ou ‘profeta’, tendo então sido preso ou por homicídio, ou por atentado à moral. Fugira da cadeia e fora aparecer em Curitiba, exercendo a atividade de curandeiro. Várias curas bem sucedidas aumentaram-lhe o seu renome, e então retomou inteiramente as atividades de seu predecessor, cujo exemplo seguiu quase por completo. No entanto, ao contrário de João Maria, o novo Monge conservava em torno de si os fiéis, que o seguiam em procissão de um lado para o outro. E também aceitava donativos pelos conselhos e receitas, em dinheiro ou em espécie, justificando que precisava comprar uma farmácia para ‘seu povo’. Ainda desta vez Frei Rogério Nenhaus se abalou de Lages para ir ao refúgio do Monge, tentar movê-lo das atividades que empreendia: sem sucesso. (QUEIROZ, 1965, p.249)

Além das desavenças com o pensamento da Igreja Católica percebe-se que a concentração de pessoas em torno de José Maria provoca um desconforto nas autoridades locais. A necessidade de deslocar “seu povo” de um lugar para outro provoca diferentes interpretações como, por exemplo, de invasão de terras e tem-se a partir de então conflitos físicos entre sertanejos e forças do governo. Com a morte de José Maria começa-se a crer no retorno de um messias que livraria o povo de todos os males. Neste momento, outros líderes – não monges - surgem no movimento, lançam mão de táticas de guerrilha e conseguem várias vitórias sobre as forças do governo.

Como herança, Tonon (2008), ao analisar a obra de Euclides J. Felipe mostra o que seria, no imaginário social, uma das criações do Monge. Referimo-nos especificamente aos *Mandamentos das Leis da Natureza*. Vejamos alguns:

- 1- Não se devem queimar folhas, cascas e nem palhas das plantações que dão mantimentos. O que a terra dá emprestado, quer de volta.
- 2- É errado jogar palha de feijão nas encruzilhadas. É o mesmo que comer e virar o coxo. A terra se ofende.
- 3- Ao cortar uma árvore ou pé de mato, não se deixa mamando. Se corta por inteiro. Enquanto as plantas agonizam, os negócios da gente também vão abaixo.
- 4- Quem descasca a cintura das árvores para secá-las, também vai encurtando sua vida. Árvore é quase bicho é quase gente.
- 5- As casas e as propriedades de quem incendeia as matas. Um dia também hão de virar cinzas.
- 6- A terra é nossa mãe. A água é o sangue da terra-mãe. Cuspir e urinar na água, é o mesmo que escarrar e urinar na boca de sua mãe.
- 7- O Pai da Vida é Deus. A mãe da vida é a terra. Quem judia da terra é o mesmo que estar judiando da própria mãe que o amamentou.

- 8- Quem não sabe ler o Livro da Natureza é “analfabeto de Deus”.
- 9- As horas de chuva são as horas de Deus. É quando a Mãe-Natureza vem trazer água para seus filhos na terra.
- 10- O cavaleiro que passar perto de lagoa ou cruzar uma corrente de água e não dar de beber ao animal, morrerá com a garganta seca.
- 11- Bicho do mato é bicho da terra. Só se matam os danosos.
- 12- Bicho do mato não traz marca de gente. Pertence a Mãe Natureza. Quem caça por divertimento, caça o alheio. É criminoso, será punido.
- 13- Não permita que seus filhos matem passarinhos. É malvadez.
- 14- Não se chama nomes feios à criação. Ela obedece ao instinto que é a linguagem da Mãe natureza.
- 15- Quem encilha animal com ‘mata’ no lombo ... cuidado com as contas.
- 16- Não se tira leite, sem deixar um teto cheio ao terneiro.
- 17- Não se tira mel, sem deixar alguns favos para as abelhas.

Ao todo Tonon nos mostra 29 mandamentos<sup>6</sup>. Os demais estão relacionados ao bom funcionamento da sociedade como, por exemplo, ser bom pagador, honrar os compromissos, não ser vadio e nem ladrão, entre outros. Nos mandamentos fica explícita a necessidade de se buscar um equilíbrio entre o homem e o que é necessário para sua sobrevivência. Os excessos nos usos da natureza serão punidos por Deus. Aí entram várias questões interessantes: a) a primeira é o conhecimento da dinâmica natural; b) o segundo, a relação da natureza com os negócios; c) a terceira, a relação do homem com a natureza; d) a quarta, a relação entre castigo, prosperidade e equilíbrio ambiental; e) a quinta, a relação dos monges com o povo; f) a sexta, a ética em torno dos usos da natureza.

Para verificarmos a manifestação destes ensinamentos na atualidade dos municípios, realizamos entrevistas com benzedeadas, mas destacaremos uma. Trata-se da D. Madalena,

---

<sup>6</sup>Mesmo não tendo a certeza de terem sido subtraídos na plenitude da fala do monge, os mandamentos de domínio popular retratam a tradição cultural dos sujeitos sociais, no cotidiano da época, uma tradição cultural que se sustenta na moral e ética, contendo ainda fundamentos sólidos do catolicismo rústico. Os mandamentos da natureza atribuídos ao monge encontram ressonância no cotidiano sertanejo ao enfatizarem um conteúdo escatológico bíblico. {...} A cosmologia do sertanejo retrata os valores éticos e morais socialmente aceitos no cotidiano sertanejo e a forma de interagir com a natureza. A lógica que pode se observar em todos os mandamentos é o da preservação da natureza, da lealdade nas relações sociais, do cuidado e do amor para com os animais e a natureza. Os mandamentos aproximam os horizontes culturais do sertanejo com os da pregação dos monges. (TONON, 2008, p.122)



uma benzedeira muito requisitada, principalmente, em direção ao município de Paula Frontin/PR (vizinho de União da Vitória).

Descendente de alemães, e faz questão de descrever sua vó, que veio da Alemanha, uma “mulher baixa, de zóio bem verde e gordinha”. Ao se referir aos ensinamentos dos monges diz que agora o povo não acredita muito, mas antes “tinha muita gente com coragem e fé em Deus {...} faziam cura”. Afirma ter aprendido trabalhar com benzimentos com seu sogro. Sobre seus poderes fala que “Deus me ajudo {...} tinha gente que tava dexado pelo médico {...} vinham de São Paulo pra benze, era mesma coisa que tirar com a mão” Cura(va) “machucadura”, “rendidura”, faz(ia) “costura” ou seja, “tudo que é coisa eu sei faze, só que agora eu to fraca pela idade e a minha vista me atrapaia {...} é um dom que eu tenho {...} com parto trabalhei 30 anos {...} antigamente não tinha hospitar, depois que chego hospitar em Frontin, eu descansei”.

Diz que se criou “no tempo de sertão, onde passava carguero” e fazia de tudo que um homem podia fazer, até “tropeava com o pai e meu avô”. Ao insistirmos na origem do seu aprendizado revelou que seu tio também era benzedor “fazia cura pra picada de cobra”. Já o seu sogro “tinha uns livro de oração, ele sabia lê”. Também cita que não aprendeu mais porque não aprendeu ler.

Sobre os monges afirma que “os padre eram contra {...} acho que são até hoje, são contra o João Maria porque ele era profeta {...} então, se ele chegasse aqui e ele quisesse que nós visse ele, nós via, senão varava e nós não via”. Garante que inúmeras pessoas viram e conversaram com o monge “quantas pessoas {...} tem o pousinho dele lá, o cruzeirinho dele, conversaram com ele {...} e tudo que ele disse hoje tão vendo”.

Os “monge ensinavam oração {...} ensinava quem tinha fé, quem não tinha podia ir correndo tudo que não pegava ele {...} ele ia de vagazinho, o cavaleiro que ia a galope não alcançava ele {...} tinha gente que abusava e depois ia lá no posinho, onde ele posava, e não via ele”. Também confirma as práticas dos monges de ensinar o que e onde plantar, assim como, afirma que a relação das pessoas/monges com os animais é verdadeira “tudo que contam é tudo verdade”.

Cita um exemplo muito interessante que remete aos antigos faxinais na região “ele disse que a Serra da Esperança chegava um dia {...} vocês vão vê fica tudo cruzadinha, picadinha por cerca de arame, porque era um mundo inteiro aberto pra tudo criá. Fazendero

um não pegava a criação do outro, um avisava o outro ta aqui teu boi, ta aqui tua vaca, teu cavalo, era uma irmandade, hoje não fazemos isso porque matam”.

Sobre a relação dos imigrantes com os caboclos diz que “eles não se puxam” e exemplifica dizendo que “tinha um alemãozinho que os pais eram da Europa {...} boa gente, diz que o pai tinha tanta raiva de caboclo que se ele pudesse matava tudo {...} o veio perseguia os moreno”. Conheci “gente pobrezinha, pobrezinha, aquela pretaiada que eu tinha tanto dó {...} mais a gente também era pobre e tinha que trabalha pra viver”. Sobre os indígenas afirma que “antigamente tinha e eram bravo, incomodavam, agora são mansinho”.

Com relação aos mandamentos diz que é aquilo mesmo que está escrito e já de início faz uma relação do uso do solo com Deus “quando Jesus andava no mundo chegava nas parte e perguntava, ta roçando a capoeirinha? Um homem respondeu: aqui a terra é boa e dá mantimento nem que Deus não queira. É mesmo? foi andando mais pra lá um coitadinho roçando uma capoeirinha ruinzinha, Jesus olho, ta roçando uma capoeira de terra fraquinha? Pois é, mais Deus, veja bem lá, Deus querendo dá bastante. Aquela que era muito boa {...} malmente nasceu milho e acabosse”. Também aproveita pra dizer que, pela sua vivência no rural, o que prejudica a lavoura é os animais como o macaco e o quati.

Sobre os últimos mandamentos cita “que tudo tem fome, tudo trabaia” e que trabalha “com a cera, mais na verdade é com a abelha”. Sobre os ensinamentos que recebeu enfatiza que os “mais véio contava, meu avô contava, que o mato falava, conversava {...} dava uma facãozada na árvore e vertia sangue {...} não é como agora”. Na sequência explica que o monge ensinava plantar milho, feijão, etc., “esse falecido A., que era tio da minha mãe, conversou muito com o João Maria, que posava perto da casa da minha bisavó {...} tinha o cunhado dele que sempre ia lá no posinho visita João Maria e a muié dele disse assim pras crianças, pegue uma galinha e vamo leva pra ele, aquela galinha correu, correu e aí a mulher disse o galinha daquilo, deu pro capeta, e daí pegaro depois que ela disse aquele nome {...} e aí foram lá e disseram nois truxemo uma galinha {...} eu não quero essa galinha você deu pro diabo {...} eu me seguro pra dize as coisas”.

Os municípios em questão são impregnados de estórias e histórias sobre misticismos e predições. Têm imagens e esculturas que representam o Contestado, a ferrovia, os monges, os caboclos, o soldado e os pinheirais em varias partes da cidade. Recentemente foi construída uma praça em Porto União, próximo à divisa com União da Vitória, em homenagem aos cem anos do Contestado. Ela leva este nome. Nela é possível constatar como esse evento está

presente no imaginário social, pois é difícil não se deparar com pessoas falando, principalmente, do monge João Maria e suas proezas que foram realizadas. As pessoas vão até este espaço nem que seja para tirar fotografias ao lado da réplica do monge, esculpida em madeira (muito comum na região). Enfim, o passado está presente reelaborado ou ressignificado nos discurso e/ou nas práticas materiais.

#### **4 O CASO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL**

O autor regional que mais se aprofundou na discussão sobre o rural das Gêmeas do Iguaçu foi Riesemberg (1973). No seu estudo, evidencia-se desde as rotas indígenas que viraram caminhos de tropas (estradas), passando pela navegação do rio Iguaçu (sua importância econômica e migratória), até a implantação da estrada ferro. Dito isso, discute-se desde as riquezas naturais dos ervais e pinheirais até o empobrecimento de um solo pobre por natureza. Ressalta-se ainda a importância genética da entrada dos imigrantes europeus e seu contato com “com o elemento nacional” num processo aculturativo ininterrupto.

No processo de distribuição de terras grandes propriedades passaram a contrastar com as pequenas, e as casas dos “nacionais” (nas palavras de Riesemberg) com o estilo europeu adaptado ao frio daquele continente (ex. casa com sótão para armazenar alimento e uma angulação do telhado suficiente para resistir à neve). Os ritos religiosos e a própria arquitetura das igrejas são marcantes {...} o polonês trouxe um sentimento religioso intenso {...} e através do qual a grei se unia – a instituição religiosa” (Riesemberg, 1973,p.120). O uso da cevada para fazer bebida que substituía o café e o linho para o fabrico do tecido também foram necessário (é marcante o colorido dos lenços sobre as cabeças da mulheres), mas não menos importantes do que criar patos e gansos para utilizar suas penas nos enchimentos de travesseiros e cobertas.

Aliados à produção de grãos, como o trigo e o centeio, instalam-se moinhos para beneficiá-los. Como poucos podiam construí-los ou deslocar seus grãos até um existente utilizou-se em larga escala a “jorna”, ou seja, uma máquina utilizada para moer os cereais. Outra contribuição europeia veio pelas carroças a as suas múltiplas utilidades como, por exemplo, transporte de pessoas, madeiras, ervas e mercadorias em geral.

Hoje o que se tem nas colônias de União da Vitória e Porto União é um misto de elementos do início da colonização como elementos atuais. Exemplo disso são as igrejas “tradicionais” que passam a dividir fiéis com as evangélicas; a extinção de moinhos ou sua

permanência como museu; além das carroças com rodas de madeira revestida de ferro, temos outras com rodas de carros; a presença de carros de passeios, caminhões e tratores; casas de madeira e de tijolos; estradas mais largas e com pontos de parada de ônibus, entre outros.

Mas uma das situações que mais nos chama atenção é caso da legislação ambiental. Neste artigo teceremos alguns comentários somente em torno do IAP (Instituto Ambiental do Paraná) e da Emater (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), para mais detalhes e análise de outras instituições como o IBAMA, ver Haliski (2013).

O contato com os moradores da área rural permitiu a constatação de muitas inquietudes referentes à participação das instituições governamentais neste espaço. A principal reclamação está associada aos usos do solo, pois a legislação ambiental restringe, segundo eles, a possibilidade de aumentar a produção ou mesmo melhorar a qualidade de vida. Dentre os inúmeros comentários pode-se citar o caso do Sr. Nelson “{...} agora não deixam derrubar, agora é só mato”, referindo-se à dificuldade em se conseguir uma licença para corte. Para D. Verônica “{...} eles só aparecem quando é denúncia” e segundo o Sr. Eugênio “precisava {...} nem estrada não faz {...} não deixam queimar a terra e no morro não sobe trator”.

No grupo pesquisado a única instituição que recebeu alguns “elogios” foi a EMATER. Nesse sentido, o contato com as instituições teve como propósito entender qual o papel e/ou funções atribuídas a elas, assim como, formas de atuação, resultados obtidos pelo trabalho desempenhado e os principais conflitos com os moradores/produtores da área rural. A intenção não é trabalhar em cima de um discurso oficial, pois isso poderia ser feito consultando as páginas das instituições na internet, isto sim, ouvir dos respectivos representantes a sua visão através das experiências vividas.

*Instituto Ambiental do Paraná - IAP*<sup>7</sup> – Já na primeira entrevista nos deparamos com algumas situações interessantes. Uma é a constatação por parte deste instituto das restrições impostas pela legislação ambiental aos usos do solo “tem propriedade com restrição de até 80% em razão da tipologia florestal, relevo, solo e hidrografia”. Outra é a limitação da capacidade de atuação “a função do IAP não é fazer é executar”. Assim, a preocupação do

---

<sup>7</sup> Como o objetivo das entrevistas é buscar uma visão dos representantes das instituições e não necessariamente das instituições, substituiremos os nomes dos entrevistados por pseudônimos. Reafirmamos que estamos apresentando a visão dos representantes que nos receberam nas instituições citadas.

instituto é, basicamente, expedir licenciamentos florestais e industriais, fiscalizar o desmate, a caça e a pesca.

Como a ideia é a execução de leis, falta pouco espaço para orientações “o IAP não pode orientar tem que aplicar”. A fala do grupo estudado é ratificada pela representante que nos atendeu, ou seja, falta orientação e sobra punição. Não existe um diálogo. Os moradores/trabalhadores da área rural até tentam argumentar mostrando que o Sul do estado está sendo castigado porque “preservou/conservou”, enquanto que o Norte devastou tudo em nome da expansão agrícola.

Joana, explica que a partir da criação da lei de crimes ambientais em 1998, as punições ficaram mais severas “antigamente tinha autuações e a pessoa ficava com o bem/utilizava a área”. Agora acontecem embargos e a necessidade de recomposição do que fora degradado e “qualquer infração vira crime”. Outra situação é relacionada ao trabalho do agente fiscalizador, pois quem não faz autuação (caso necessário) vira o infrator, ou seja, se não multar é penalizado.

Mesmo com todos esses elementos é afirmado que existe uma boa relação com as comunidades rurais. Para possíveis conversas o IAP utiliza as reuniões da EMATER.

*Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER*<sup>8</sup> – se uma instituição pune exercendo uma relação de coerção também deve existir “alguém” para orientar. Isso para nossa surpresa não fica a cargo, pelo menos em União da Vitória, do instituto que leva o nome de ambiental, isto sim, da EMATER. A sua função é basicamente a extensão, ou seja, “articulação para o desenvolvimento rural, econômico, social e ambiental”.

Antonio mostrou uma organização de trabalho interessante. Durante 3 anos, realizou-se um contato com a comunidade rural para se fazer um diagnóstico das suas necessidades. Através de várias reuniões com lideranças locais e a comunidade (em igrejas, núcleo de educação, escolas rurais, etc.) chegou-se a uma caracterização dos agricultores familiares. Assim, verificou-se que num mesmo grupo existem interesses distintos, por exemplo, quem quer discutir sobre floresta, horta, leite, entre outros. Hoje, quando se quer marcar uma reunião com um grupo específico manda-se cartas, ou comunica-se via telefone, rádio e internet. Como o IAP não tem nada disso, utiliza essa mesma reunião para falar o que deseja.

Esse processo resultou numa relação curiosa “na minha visão eles (os agricultores) veem a EMATER como o grande apoiador {...} somos de parteira a piloto de avião {...}

---

<sup>8</sup> Informações gerais sobre a EMATER podem ser obtidas no site, conforme referência.

EMATER é a grande mãe”. Quem necessita de alguma coisa como licenciamento ambiental já recebe uma orientação e, desse modo, “ganha tempo”.

No plano ambiental é feita uma análise firme e concisa “o IAP deveria ter pelo menos uma atividade educativa”. Através de uma orientação “o agricultor preserva muito mais e maneja melhor {...} a falta dessa orientação gera comentários como, por exemplo, se eu soubesse disso não teria feito dessa forma”.

Dentre os problemas que comprometem o trabalho mais eficaz junto ao agricultor é citada a falta de profissionais para atender um grande número de pessoas, a falta de um sindicato atuante “o nosso cliente não foi preparado para a política {...} sindicato não é só pra ir ao dentista ou ver aposentadoria” e a falta de escolas voltadas ao campo. No final da entrevista ainda reforçou as potencialidades de União da Vitória citando que “nós temos cobertura vegetal {...} a velocidade da degradação diminuiu, mas ainda existe” e ainda se referiu à grande quantidade de água neste espaço.

#### 5 mudanças e dilemas atuais

Neste espaço faremos uma síntese da problemática apresentada. A área que os municípios estão inseridos é caracterizada por uma guerra entre estados e ao mesmo tempo entre caboclos e migrantes pela posse de terras. Isto não significa que as gerações atuais descendentes dos os migrantes são grandes proprietários ou que estão em situações tão favoráveis. Isto porque os relatos de miserabilidade também estão entre estes descendentes. Óbvio que os descendentes dos caboclos permanecem em situações tão ruins quanto do processo de intensificação da povoação. Basta ver as áreas de ocupações irregulares, na área urbana, no que é conhecido na atualidade por “linha velha” (antigos trilhos, divisa de estados e hoje abandonados). Nas linhas temos um misto de descendentes de migrantes poloneses, ucranianos, caboclos, etc., ainda lutando por melhores condições de vida. Se no contexto da ocupação a luta era por terra, hoje é pela escritura de pequenos terrenos e mesmo saneamento básico. Especificamente no rural o que vemos são elementos de um campesinato em transformação. Nas palavras de Nazareht, o rural é para eles um espaço de vida (2009), mas carecem de melhorias em infraestruturas para terem melhores condições de permanecerem no campo (poderíamos iniciar pela constituição de escolas do campo).

Especificamente sobre os monges e a benzedeira, a nossa intenção foi evidenciar como regras coletivas se materializaram num discurso e práticas de uma “autoridade” popular, o monge e que hoje se manifesta na benzedura. Pelas benzedeadas vemos que a miserabilidade

que adentrava o sertão é constatada na necessidade de conhecimentos sobre a vegetação local, isto para a produção de uma “farmácia de Deus”, ou seja, o domínio de conhecimentos passados de geração em geração a disposição de pessoas sem dinheiro para comprar remédios (no rural e no urbano). Esta prática ainda existe e nos serve como um trunfo para (re)pensarmos nossa sociedade que é pautada em uma mercantilização de tudo, graças a esse projeto capitalista e que hoje vemos nesta versão neoliberal. Enfim, estes atores nos apontam resistências e a possibilidade de projetos com viés agroecológico e/ou pautados em saberes tradicionais ou vernaculares.

Por este motivo falamos um pouco sobre a legislação ambiental e a dificuldade que os agricultores podem e geralmente encontram na atualidade. Enfim, aprendem a viver de acordo com os recursos que a natureza oferece, desenvolvendo um saber-fazer pelas suas experiências de vida. Até aí não teríamos nenhum problema se não fosse à implantação e aplicação de leis que não respeitas essas trajetórias. Assim, se os conflitos já foram pela posse da terra, hoje é pela sua utilização. Se não bastasse às restrições legais ainda temos um déficit significativo de pessoal nas instituições que deveriam orientar esses atores. Porém ressaltamos que o nosso entendimento sobre orientação não o é aquele da imposição/intervenção, isto sim do respeito as práticas e saberes desenvolvidos por esses agricultores. O diálogo de saberes é fundamental.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É cada vez mais latente a necessidade de mapeamentos de ruralidades e respectivamente das trajetórias que as acompanham (históricas, culturais, políticas, econômicas...). O desconhecimento ou desinteresse nesse assunto tem consequências gravíssimas. Somente para citar uma, além daquela evidenciada no artigo, temos o caso da criação de parques ecológicos sem consultas às populações (desrespeito à convenção 169 da OIT). No litoral do Paraná o caso do parque do Superaguí é um marco. Enfatizamos que a produção acadêmica deve vir acompanhada de estudos coesos e que mostrem as realidades rurais brasileiras para que tenhamos políticas públicas mais eficazes e menos excludentes.

## REFERENCIAS

GASPARI, L. T. **Imagens femininas nas “Gêmeas do Iguaçu” nos anos 40 e 50**. União da Vitória: Kaygangue, 2005.

HALISKI, A. M. **Formação e atualidade histórica de um grupo de agricultores entre Santa Catarina e Paraná**: disputas sobre os usos de natureza e ambiente. Tese de Doutorado em Sociologia (UFPR), 2013.

HALISKI, A, M; BRANDENBURG, A. **Da constituição à reprodução de uma “certa” condição camponesa**: um estudo de caso a partir dos usos dos recursos naturais. In: 39º Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, Caxambu/MG, 2015.

MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. São Paulo: Ed. Da UNICAMP, 2004.

MOCELIN, R. **Os guerrilheiros do Contestado**. São Paulo: Ed. do Brasil, 1989.

QUEIROZ, M. I. Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Editora Dominus: Ed. da Universidade de São Paulo, 1965.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIESENBERG, A. **A instalação humana no vale do Iguaçu**. Coleção Vale do Iguaçu da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória-PR, 1973.

RENK, A. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira. Chapecó: Argos, 2006.

SANTOS, S. C. dos. A modernidade chega pelo trem. In: **Santa Catarina no século XX**: ensaios e memória fotográfica. Florianópolis: Ed. da UFSC: FCC edições, 2000.

TONON, E. **Os monges do Contestado**: permanências históricas de longa duração das predições e rituais no imaginário coletivo. Tese (Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense), 2008.

WANDERLEY, M de Nazareht B. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.